

Capital paulista no Araguaia: a política de incentivo fiscal da SUDAM como financiadora de empreendedores

Armando Wilson Tafner Junior

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Fábio Carlos da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Abstract: The expansion of the agricultural frontier in Brazil to the Amazon in the second half of the twentieth century occurred in a directed way, privileging the interests of the great capital and leaving aside a population of different ethnic groups already established in the region. The fiscal incentives implemented by the SUDAM, since 1966, favored the expansion of the businesses of families of rural farmers and entrepreneurs in the Center-South of Brazil, mainly in São Paulo, who acquired thousands of hectares of State lands, at derisory prices, mainly in the states cut by the Belém-Brasília and Cuiabá-Porto Velho highways. Among the pioneer projects approved by SUDAM, the largest landholding was the Suiá-Missu S/A Agropecuaria, until then the largest latifundio in Latin America belonging to the Ometto family, resident in the State of São Paulo. The article analyzes the business trajectory of the Ometto family from the interior of São Paulo to the state of Mato Grosso, and the main social and economic effects and impacts of the family business in Mato Grosso.

Keywords: Agricultural Frontier, Amazon, Ometto Family, March for West, SUDAM, Mato Grosso

Introdução

A expansão territorial em direção ao Oeste do Brasil teve início com os bandeirantes no fim do século XVI, que tinham por objetivo explorar novos horizontes em busca de metais preciosos. Com a chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX, principalmente italianos, a expansão da fronteira econômica no Brasil ocorreu em decorrência das atividades agrícolas. O café e a cana-de-açúcar no período referido eram os principais produtos cultivados pelos proprietários de terra em São Paulo. À medida em que a necessidade de novas terras para o cultivo aumentava, as plantações iam se direcionando para o Oeste. A partir da década de 1960 a fronteira agropecuária atinge com intensidade a Amazônia. A 'ocupação' do vazio demográfico e a busca pela integração econômica de regiões afastadas do centro industrial fizeram com que o governo incentivasse os grandes capitalistas a expandir seus negócios para a região amazônica.

O estado do Mato Grosso foi o estado da Amazônia que obteve o maior número de projetos aprovados pelo governo federal, entre 1966 e 1979, para promover a agropecuária e a colonização da região. Entre os capitalistas que submeteram projetos agropecuários com o

intuito de receber incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal estava a família Ometto. Esta família, de origem italiana, é atualmente proprietária de usinas produtoras de açúcar e álcool no interior de São Paulo. Os patriarcas da família vieram para o interior de São Paulo para trabalharem nas fazendas de café, como tantos outros imigrantes italianos que abandonaram sua terra natal para viverem na América. Conseguiram se estabelecer no Brasil e montaram um grande patrimônio no estado de São Paulo. Na década de 1960, expandiram seus negócios para a Amazônia.

Este artigo procura mostrar os motivos que fizeram com que a família Ometto viesse para o Brasil, de que forma conseguiram se estabelecer no estado de São Paulo e ampliar os negócios para a Amazônia. Posteriormente explica como se deu a colonização no estado do Mato Grosso, e por fim, analisa as modificações socioeconômicas, que as empresas comandadas pelo Grupo Ometto, provocaram na região do Araguaia.

A Marcha para o Oeste

Com o estouro da crise mundial de superprodução, em 1929, nem o governo federal e nem o governo estadual conseguiram proteger o café. Ficou a cargo do mercado selecionar os cafeicultores que ainda conseguiam produzir o grão. Em meio à recuperação da economia brasileira, mediante a crise mencionada, Washington Luís, então presidente da República e que teria seu mandato até 15 de novembro de 1930, foi deposto de seu cargo no dia 24 de outubro de 1930. Júlio Prestes, que já estava eleito como seu sucessor, foi impedido de assumir o cargo, que foi assumido por Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930.

O golpe de estado foi uma ação extrema, tomada por parte da elite política e militar do Brasil devido à discordância desta perante o rompimento da denominada política do café-com-leite, na qual os presidentes eleitos eram indicados alternadamente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. Washington Luís e Júlio Prestes eram indicados por São Paulo e o ato de estarem na presidência de forma consecutiva, significava o rompimento de um acordo informal, o que gerou a revolta – comandada principalmente pelos estados de Minas Gerais (estado que teria o poder de indicação), Rio Grande do Sul (estado onde nasceu Getúlio Vargas) e Paraíba (estado onde nasceu João Pessoa, então vice de Vargas) – e findou o golpe militar. Júlio Prestes foi exilado e a junta militar formada por ministros militares entregou a presidência da República a Getúlio Vargas. Era o fim da chamada República Velha (1889-1930).

As primeiras ações do governo Vargas favoreceram a criação de uma política que integrasse todo o território nacional, articulando economicamente as diferentes regiões. Isso só poderia ocorrer por meio do povoamento do Oeste brasileiro. As terras amazônicas, até 1930, eram associadas economicamente com a exploração de alguns produtos que tivessem demanda no mercado externo. Primeiro foram as drogas do sertão, posteriormente os metais preciosos descobertos pelos bandeirantes e, por fim, o ciclo da borracha (1879-1912). Após 1930, a Amazônia passou a sofrer mudanças significativas em sua paisagem. A nova política de integração do mercado tinha a intenção de consolidar o desenvolvimento do sistema capitalista, atendendo aos interesses da burguesia do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, que comandava a economia no país. Isso viria por meio da expansão da indústria nacional formada pela acumulação do capital cafeeiro exportador e pela indústria internacional, que era atraída por esse poder de investimento que foi formado na Marcha Pioneira. Dessa forma, o governo federal iria acabar com os 'vazios demográficos' do Oeste brasileiro, incorporando-os na economia nacional, formando um importante mercado consumidor, fornecedor de matéria-prima e servindo de reserva de mão de obra. Nascia assim a 'Marcha para o Oeste'.

As verdadeiras razões da Marcha para o Oeste eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contensão dos conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos. (Pessoa, 1999: 47)

Para fazer com que a integração econômica acontecesse, o governo passou a investir em infraestrutura, principalmente nas esferas da comunicação e transporte, facilitando o encontro entre capitalistas e proletariado.

A indústria acabou por se concentrar no Sudeste, tendo São Paulo como locomotiva industrial que impulsionava a economia brasileira. Este era o caminho do país que foi consolidado no primeiro governo Vargas (1930-1945). Foi nesse período que o estado de Mato Grosso começou a ter um maior impulso demográfico. A partir da década de 1930, o incentivo à colonização do estado passou a ser intensificado e aumentaria significativamente na década de 1960. As ditaduras, de Vargas e a militar (1964), moldaram a atual estrutura agrária de Mato Grosso.

Na década de 1930 os primeiros projetos de colonização foram implantados na região sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, onde havia um contingente populacional que compunham cidades e povoados, onde já existia certa atividade de produção de matérias primas e já contava com alguma infraestrutura. Na parte norte, que corresponde ao atual estado de Mato Grosso, onde está localizada a Amazônia mato-grossense, não havia infraestrutura alguma, as produções agrícolas eram, basicamente, de subsistências produzidas por pequenos camponeses que ali se instalaram e por tribos indígenas que estavam espalhadas por todo estado. Era esse espaço que deveria ser integrado à economia nacional. Um 'espaço vazio', onde os índios e camponeses, que o habitavam, foram ignorados pelas ações governamentais de ocupação da Amazônia (Martins, 1980).

O governo federal conseguiu fazer com que a Amazônia mato-grossense se tornasse produtora de alimentos e matérias-primas para abastecer o Sudeste e, dessa forma, o Mato Grosso foi incorporado economicamente como região periférica brasileira.

Nas décadas de 1940 e 1950, as vendas de terras devolutas, que eram executadas por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), constituíam-se na maior receita do estado de Mato Grosso. Terras foram privatizadas sem saber o que e quem estavam nelas. Os investimentos particulares, em conjunto com os estatais, passaram a atrair um grande contingente de imigrantes que acreditavam em uma possível melhora em suas condições de vida, pois assim eram condicionados a acreditar devido ao estímulo do governo federal.

As políticas getulistas e suas propagandas governamentais não eram, de fato, trabalhadas em cima do poder de atração, mas sim baseadas na expulsão do excedente populacional de nordestinos e sulistas. O Nordeste brasileiro passava por uma estagnação econômica, muito por conta de a estrutura agrária ser latifundiária, dificultando o acesso dos trabalhadores às terras. Na região Sul, ocorria o contrário, as famílias iam dividindo suas terras que ficavam pequenas e não atendiam mais as necessidades das novas famílias que iam se formando e, junto a isso, ainda havia a mecanização da agricultura que substituía o homem e aumentava o contingente de desempregados.

As circunstâncias criadas pelo Estado fizeram com que a Amazônia mato-grossense absorvesse o excedente populacional de outras regiões. Os agricultores tentavam se organizar com o intuito de cobrar ações governamentais que pudessem promover mudanças na

sociedade em que viviam. A reforma agrária era a principal exigência. Os líderes passaram a ser perseguidos e presos; muitas vezes mortos. Essa foi a reação do Estado (Rodrigues, 1991).

A fronteira agropecuária ia avançando de fato. Os camponeses que habitavam as novas terras não conseguiam resistir ao avanço do capital. O Mato Grosso passava a ser a nova fronteira agropecuária do país, assimilando o excedente populacional de outras regiões, aliviando possíveis tensões nas terras de origem e criando novas tensões na fronteira. Estes imigrantes já na década de 1950, passaram a ser consumidores de produtos industrializados do centro e fornecedores de matérias-primas para as mesmas indústrias fabricantes desses produtos.

Estabeleceu-se, assim, a ideia de integração do mercado nacional, e muitos desses imigrantes acabaram por não conseguir firmar-se em suas terras. Más colheitas, dívidas com os bancos, doenças entre outros problemas faziam com que os camponeses vendessem suas terras para capitalistas maiores (Siqueira, 1997). Dessa forma, continuava a política de concentração de terras no Mato Grosso, iniciada no século XVIII, sendo que nesse momento da história, os pequenos proprietários vinham antes ao Oeste, preparar as terras para os latifundiários que iriam adquiri-las posteriormente.

A política colonizadora estabelecida no Estado Novo, foi a manutenção de um processo de colonização que sempre se manteve no leito dos conflitos sociais. O que se passaria anos depois da queda de Vargas ilustraria as tendências latentes há muito tempo. A ocupação das áreas [das novas áreas do Oeste brasileiro] levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração de terras, acompanhada de trabalho assalariado. (Lenharo, 1985: 57)

Restava aos pequenos proprietários servir como mão de obra, vendendo a sua força de trabalho, sendo que muitas vezes labutavam nas terras que antes eram de sua propriedade. O capitalista adquiria as terras e mantinha o antigo dono como empregado, pois o mesmo já não tinha para onde ir e, ou permanecia sendo assalariado ou iria se aventurar mata adentro.

Com as inúmeras transações de terras, surgiram, na efervescência dos negócios imobiliários, as especulações.

Ao lado dessa concentração de terras ocorreu uma grande especulação das mesmas, isto é, eram adquiridas, não para nelas se produzir, mas, sim para revendê-las a elevados preços. [...]Doações, concessões, venda, enfim, uma orgia de transações imobiliárias fazem milionários da noite para o dia, beneficiando 'tubarões' de todos os matizes, parentes, amigos e afilhados políticos. (Siqueira, 1990:130)

Os grileiros, que apareceram de forma atuante na Marcha Pioneira, continuavam a ter nicho de mercado preservado na Marcha para o Oeste. Embora o último período mencionado fosse mais rigoroso com a documentação, a fiscalização das terras vendidas era ineficiente. Muitas vezes ocorria a venda da mesma terra por diversas vezes. A terra era vendida pela CODEMAT para que fosse cultivada, mas devido à especulação, ela era vendida e se obtinham lucros fáceis. Era um investimento para o comprador. Problemas como o desemprego e a concentração de terras começaram a aparecer, sendo derivados do comércio de terras e pela não produção sobre as mesmas. Os pequenos agricultores que não conseguiam trabalho foram adentrando as florestas em direção ao Oeste e, assim, os camponeses passaram a ser denominados de posseiros. Como visto, desde o século XVIII, já havia produtores que estavam

produzindo no Mato Grosso em terras onde não havia proprietários de fato, mas a atuação de posseiros nunca foi tão grande em seu contingente populacional como na Marcha para o Oeste. Esses posseiros que estavam adentrando a floresta iriam se encontrar com os nordestinos, que fugiam da seca e atraídos pela borracha na Amazônia, e que tiveram principalmente os estados do Amazonas e Pará como destino, também tiveram que embrenhar-se na mata, devido ao declínio da produção do látex, passando a produzir somente para a sua subsistência.

O resultado dessas ações imobiliárias foi o empobrecimento dos campos na Amazônia. A agricultura familiar foi sendo inapelavelmente aniquilada pelos capitalistas que instalavam suas empresas com proteção legal. A figura do fazendeiro aparecia na Amazônia. Junto com ele estavam os seus jagunços e capatazes, empregados obedientes que cumpriam as ordens do fazendeiro a qualquer custo.

Vargas, por meio das políticas implementadas no Estado Novo, conseguiu expandir a produção agrícola até a Amazônia, ocasionando uma divisão entre o centro urbanizado, onde a densidade demográfica era maior, e a periferia rural. Dessa forma o Brasil começava a deixar de ser predominantemente rural. O Estado coordenava essa evolução que, de forma tendenciosa, promovia a 'união' do capitalista e do trabalhador e, 'por seu caráter estritamente conservador, a modernização foi abortiva, produzindo o aleijão social de um povo pobre num país muito rico' (Freitas, 1999: 219).

O processo de colonização da Amazônia, entre 1930 e 1964, foi construído pela elite localizada no Centro-Sul que formava a classe burguesa industrial e financeira, e que estendeu os seus negócios para as novas terras. A Amazônia mato-grossense foi uma das partes da nova frente pioneira. A ocupação do Norte do estado aos moldes do sistema capitalista gerou, principalmente se comparada a zona rural com a urbana, um abismo econômico, exclusão social e educação desigual, fazendo parecer que as duas regiões não estavam no mesmo planeta. O capitalismo, e suas perversas contradições, 'vai penetrando no campo, aumentando o preço da terra e estabelecendo diferenças' (Piaia, 2003: 38).

Com a definição de quem era o centro e de quem era a periferia na geopolítica brasileira, a sociedade passou a ser dividida entre: os grandes detentores do capital, sendo a minoria da população; e os trabalhadores braçais, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Na periferia, essa divisão foi ainda mais gritante. Era o capitalismo se estabelecendo na fronteira.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho. (Ianni, 1996: 8)

Com o objetivo de que seus interesses fossem atendidos, os capitalistas atuavam em outras esferas e componentes da sociedade. Além da economia, também trabalhavam na esfera política – e atualmente ainda assim o fazem – ocupando cargos públicos, financiando campanhas de políticos, influenciando o jurídico e com essas articulações criam, mudam e extinguem leis conforme o próprio interesse, colocando suas intenções e seus negócios dentro da lei, fazendo parecer que a desigualdade é um processo natural. Porém, os fatores colocados até aqui mostram que, na verdade, ocorreu um processo forçado para promover a desigualdade social e a concentração de terra, não havendo naturalidade alguma. O controle do

capital pertencente a uma minoria provoca a exploração de uma maioria devido à busca pelo lucro, proporcionando assim, um desenvolvimento excludente.

A região amazônica, por meio desse sistema, entre 1930 e 1964, sofreu profundas mudanças geográficas – em sua paisagem – e políticas – em suas relações sociais. A política de integração nacional desse período fez com que o governo federal criasse leis, decretos e órgãos públicos de todas as ordens (conselhos, institutos, departamentos, superintendências) que passaram a comandar a economia nacional. Os capitalistas, então, tinham o aparato do governo, articulando condições para que eles conseguissem maximizar seu lucro. E foi exatamente por isso que a Marcha para o Oeste teve seu início. A fronteira agropecuária avançava por meio da dominação econômica.

Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos, a saber, 1930-1945 e 1951-1954. Entre os anos de 1946 e 1964, dois ex-ministros de Getúlio Vargas foram presidentes do Brasil: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Jânio Quadros (1961). Além destes presidentes, Juscelino Kubitschek (1956-1961) agiu intensivamente nas esferas de transporte, comunicação e indústria, o que facilitava e atraía a atuação do capital no Oeste brasileiro.

Em 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência do Brasil pressionado pelos ministros militares, quando estatizou jazidas de ferro localizadas em Minas Gerais, que estavam em poder do capital privado. Constitucionalmente, João Goulart, então vice-presidente deveria assumir a presidência, mas estava na China, em uma viagem diplomática. Foi classificado como comunista pelos militares e impedido de assumir o cargo de presidente do Brasil. Após conversas e negociações entre governadores de estado e militares, João Goulart assumiu o comando do país. Primeiro como chefe de Estado parlamentarista e, posteriormente, após um plebiscito popular que definiu que o regime presidencialista voltaria a ser o regime político vigente no Brasil, João Goulart foi nomeado presidente da república em 6 de janeiro de 1963. Em 13 de março de 1964, o então presidente decretou a nacionalização de refinarias privadas de petróleo e a desapropriação de terras que seriam destinadas à Superintendência de Políticas de Reforma Agrária (SUPRA), criada por ele em 1963. Os militares consideravam uma ação comunista e a situação, que já era tensa, ficou insustentável; e assim, João Goulart foi destituído da presidência da república no dia 18 de abril de 1964.

A partir de 1964, uma nova forma de ocupação da Amazônia seria implementada. Por meio de incentivos fiscais e créditos facilitados, os capitalistas latifundiários devido à concentração de terras proporcionada pela Marcha para o Oeste, foram privilegiados novamente, com alguns até mesmo aumentando o tamanho de seu latifúndio. Para viabilizarem o êxito dessas ações políticas, o governo militar criou órgãos públicos, sendo a SUDAM um deles, e instalou toda a infraestrutura capaz de dar sustentações às mais diversas atividades que fossem de interesse da burguesia agrária brasileira.

Devido ao estado de Mato Grosso possuir ampla extensão territorial, com grandes extensões de terras planas, este passou a ser a grande fronteira agropecuária do Brasil. A Revolução Verde, então tida como a modernização da agricultura implantada pelo Grupo Rockefeller, na década de 1960, teve muitos de seus propósitos impulsionados no estado. De positivo ficou muito pouco. Atrás do discurso de implementação de novas formas de cultivo, estava o intuito da acumulação capitalista, ampliando o mercado das indústrias estadunidenses. A modernização da Revolução Verde não interferia na estrutura fundiária de Mato Grosso, ao contrário, ratificava-a, aumentando o grau de concentração de terra.

Esses latifundiários reproduziam seu capital e conseguiam capital de giro para poder dar prosseguimento as modernizações propostas, aumentando o seu lucro. Ainda, possuíam os títulos sobre a terra, que comprovando que eram suas, poderiam receber os incentivos

fornecidos pelo governo federal, ou seja, posseiros não tinham acesso a esse crédito e nem capital para produzirem de forma automatizada. Os índios não tinham o seu direito à terra respeitado, pois não possuíam o título de posse. Dessa forma, os conflitos sociais eram inerentes à realidade da época, sendo abafados de forma brutal pela ditadura.

Muito embora em 1964, quando o golpe de Estado que emergiu o Brasil em 21 anos de ditadura militar, houvesse no Congresso Nacional mais de duzentos projetos de lei de reforma agrária, nenhum deles chegou a ser apreciado. O que se fez nas terras do Brasil, daí por diante, foi reprimir com força das armas não só as Ligas Camponesas, que tinham programas de conquista sociais além da reforma agrária, mas também a Igreja e os sindicatos rurais mobilizados na luta por uma legislação trabalhista mais justa para o homem do campo. A expulsão de famílias inteiras para fora das terras que lhes dariam tão somente a miserável sobrevivência tornou-se quotidiana em todo o país, recrudescendo por todos os rincões o desaparecimento e assassinato de líderes camponeses, advogados sindicalistas, religiosos e outros tantos envolvidos na defesa do trabalhador rural. (Rodrigues, 1991:21)

Com forte repressão aos pequenos o resultado das políticas creditícias, e de incentivos fiscais, foi marcado pelo favorecimento a alguns grupos privilegiados da sociedade brasileira. O dinheiro público foi destinado aos grandes capitalistas do país, principalmente paulistas, enriquecendo ainda mais os empresários do Centro-Sul, que eram detentores do título da terra, nem sempre adquirido de forma lícita.

O processo de ocupação da Amazônia, como se procurou mostrar, decorreu da forma pela qual os projetos agropecuários foram implantados, particularmente no período em que mais violentamente o regime militar agiu no país. Naquele período, as empresas, para poderem aplicar o incentivo fiscal, passaram a adquirir títulos de propriedade de terras, que obedeciam à lógica da 'grilagem legalizada'. Ou seja, um 'procurador' obtinha-os através de procurações passadas por pessoas que, às vezes, nem sabiam o que estavam assinando ou, então, até recebiam uma certa quantia em dinheiro para assinarem. De posse desta procuração, o 'procurador' dava entrada no órgão governamental competente e obtinha em nome de terceiros os títulos de propriedade de terras devolutas. Como se sabe, anexava ao processo duas declarações sabidamente falsas, uma de que nas terras solicitadas não havia índios, e outra de que não havia posseiros. Com os títulos em mãos, diga-se de passagem, com todo o 'falso levantamento de divisas' feito por profissionais habilitados (engenheiros civis, arquitetos, agrimensores, etc.), passava a oferecê-lo, aos grupos econômicos do Centro-Sul do país, isto quando não foram estes mesmos grupos que executaram o processo de grilagem sobre essas terras e obtiveram os títulos por esse caminho. (Oliveira, 1990: 83-84)

Os latifundiários, atraídos pelos incentivos e radicados pela má (ou não) fiscalização expandiam os seus negócios para a Amazônia. Essa ação se reflete na má distribuição de terra existente ainda hoje na região e no estado de Mato Grosso.

A Política de Incentivo Fiscal da SUDAM

O processo de expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste tinha por objetivo apoiar a iniciativa privada a ampliar os seus negócios na nova região. No período da ditadura militar, em que o governo estava sob o comando do Marechal Castelo Branco, ocorreu à implementação de políticas públicas para promover a ocupação da Amazônia pelo capital privado. A transformação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) fez parte deste processo denominado Operação Amazônia. A política de incentivos fiscais, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) de 'pílula dourada', atraiu grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul. Também a SPVEA ganhará nova e mais ampla dimensão.

Transformada na SUDAM tornar-se-á, a exemplo do que ocorre com a SUDENE em relação ao Nordeste, num órgão capaz de planejamento, coordenação e controle do desenvolvimento da área amazônica [...]. Será uma série de deduções e isenções que irá alcançar, principalmente, os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível à incentivos tão pragmáticos (Marechal Castelo Branco, 2 de setembro de 1966 cfr. Cardoso & Müller, 2008: 122).

A conduta foi a mesma nos governos que sucederam o de Castelo Branco. O Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, ao qual a SUDAM respondia, foi o mesmo durante os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici, sendo que, em várias oportunidades afirmou que a participação dos grupos econômicos do Centro-Sul era fundamental para o progresso amazônico.

O modo operante do governo militar, diante do processo de ocupação econômica da Amazônia, pode ser entendido como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e, nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e ao Mato Grosso, pode-se constatar a afirmação de que não havia índios e posseiros nas regiões de execução do projeto. A ocupação, devido aos motivos mencionados, foi marcada pelo confronto entre os atores que lutavam pela demarcação de seus territórios.

Vê-se que foi a FUNAI que emitiu a certidão negativa, afirmando que não havia índios na região e foi, a prefeitura de Barra do Garças, que emitiu documento, afirmando que não havia posseiros.

Foi dessa forma, com certidões emitidas por prefeituras municipais e pela FUNAI (anteriormente pela SPI), que os projetos agropecuários passaram a ser implementados na Amazônia.

Os empresários investiram nessas empreitadas da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de 'abertura da mata'. (Oliveira, 1990: 68)

As três famílias, mencionadas na introdução deste trabalho, todas descendentes de imigrantes italianos e instaladas em São Paulo, fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia.

As famílias Do Val, Lunardelli e Ometto resolveram então se organizar e fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia – depois Associação dos Empresários da Amazônia [...]. Não por coincidência os três primeiros e únicos projetos que tiveram a aprovação da SUDAM ainda no ano de 1966, foram de empresas dessas três famílias [...]. A partir de 1967 amplia-se exponencialmente a constituição de empresas agropecuárias na Amazônia. (Pompermayer, 1991: 423)

Muitas promessas foram feitas pelos pecuaristas que se associaram a esta organização. A de maior audácia foi a de que em consequência da implementação de diversos empreendimentos pecuaristas, Belém iria ser o maior porto exportador de carne do mundo, superando o de Chicago, nos EUA, que até então era o maior porto exportador de proteína animal (Oliveira, 1990).

A Atuação da Família Ometto no Araguaia

A Agropecuária Suiá-Missú foi registrada na Inspeção Comercial do Estado do Mato Grosso em 21 de novembro de 1962 e transformada em Sociedade Anônima em 16 de julho de 1965. Como as tentativas de plantação de café e cana-de-açúcar não se tornaram viáveis, o projeto encaminhado pela família Ometto para a SUDAM já visava à criação, recria e engorda de gado bovino de corte. Posteriormente seriam implantados abatedouros, câmaras frias e equipamentos para aproveitamento de resíduos dentro da própria fazenda.

O projeto compreendia a implantação e desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, instalado em 1966, os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavantes, instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975, respectivamente. Para tanto o empreendimento contava com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da fazenda possuía.¹ Este chegou a ter o status de maior latifúndio da América Latina.² As obras de infraestrutura previstas neste projeto eram: casa grande para gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para: farmácia; escritório; armazém e almoxarifado; residência com seis cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros ao todo; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica; serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d'água a oito metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes.

Tudo foi previsto que ser construído até o fim de 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. Para tanto investimento, o repasse do governo ao Grupo Ometto foi de CR\$7.878.000.000,00

¹ Segundo a matéria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental 'Suiá-Missú, Mato Grosso: Sob ameaças, os Akwe-Xavante retornam ao seu território', a propriedade tinha cerca de 1,5 milhões de hectares conforme o demarcado na época, segundo a pesquisa.

² Otávio Ianni em sua obra *Ditadura e Agricultura* (1979), afirma que o maior latifúndio das Américas era o da Jarí Florestal Agropecuária, pertencente ao norte-americano Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers, que estava localizada nos estados do Pará e do Amapá e tinha uma área de 3,5 milhões de hectares.

(sete bilhões e oitocentos e setenta e oito milhões de cruzeiros). Um montante de dinheiro significativo que iria gerar apenas 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1966 para o estabelecimento do núcleo sede.

Em 29 de junho de 1971 o Grupo Ometto solicitou a SUDAM a aprovação de uma atualização financeira de seu projeto agropecuário, que, como mencionava o primeiro projeto, era de interesse da região devido à colaboração ao desenvolvimento econômico da Amazônia que o empreendimento proporcionava, e por esse motivo, estava 'objetivando poder usufruir dos benefícios da legislação de Incentivos Fiscais para a Amazônia' (SUDAM, 1971:1)

Como de costume na família Ometto, as propriedades eram divididas entre os familiares e já em 1971, o quadro de acionistas que no projeto original constava de somente três nomes, havia aumentado para 28, sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas do Grupo e os demais 50% por 26 membros da família Ometto, conforme quadro 1.

Das obras mencionadas, que deveriam estar prontas em 1971, foram construídas apenas: a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e por fim 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal repassou ao Grupo Ometto uma verba de CR\$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missú já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte. (Junior & Silva, 2015: 98)

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de formação de novos pastos o que levou ao aumento da área desmatada e eclosão de conflitos. Ariosto da Riva, que se associou inicialmente aos Ometto, logo desistiu da sociedade e vendeu sua parte nas terras para o Grupo Ometto devido a conflitos com posseiros e índios.

Esses conflitos passaram a incomodar o Grupo Ometto. Ariosto procurou novas terras desocupadas, mais ao norte do Mato Grosso, onde hoje está localizado o município de Alta Floresta. O Grupo Ometto fez o mesmo, vendeu suas terras a empresa Liquifarm Brasil S/A, depois de entrar em litígio com os índios Xavantes quando foram iniciar as obras para estabelecer o núcleo que levava o nome da tribo.

A igreja católica interferiu junto aos índios que eram transportados para outras terras em aviões e helicópteros militares. O Grupo Ometto, após a venda de suas terras, adquiriu 200 mil hectares na Serra do Cachimbo, montando a Agropecuária do Cachimbo S/A. A então Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltd. (49%), localizada em Nassau, Bahamas³. Consta no Processo SUDAM nº 06149/74 que a empresa apresentou certidão negativa de aldeamento indígena na área do empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, conseqüentemente, restrição à utilização das mesmas e, também, que a Prefeitura Municipal de Barra do Garças certificou a inexistência de posseiros na área da fazenda. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A.

Já na Agropecuária do Cachimbo S/A, localizada no então distrito de Matupá, pertencente ao município da Chapada dos Guimarães, possuía uma área de 207 mil hectares e

³ Em 1984 a Agip Petrolí, que atualmente tem o Vaticano como maior acionista, se tornou acionista majoritária da Liquifarm do Brasil S/A, e em novembro de 2010, a Justiça deu como veredicto o direito de volta as terras aos índios Xavantes para a região. O Vaticano recorreu.

novamente recorreu a SUDAM para estabelecer um projeto de criação de gado, sendo aprovado em 20 de setembro de 1974, obtendo o benefício do incentivo fiscal de Cr\$76.837.510,00. O quadro acionário era formado por empresas pertencentes ao Grupo Ometto, conforme quadro 2.

Transformando o quadro acionário de nome de empresas para nome de pessoas temos como principais acionistas da Cia. Industrial e Agrícola Ometto: Luiz Ometto (7º filho), João Ometto (6º filho), Virgínio e Antônio Ometto (filhos de Constante). A Cia Industrial e Agrícola São João apresentava Hermínio Ometto e João Ometto Sobrinho (filhos de José) com principais acionistas. A Usina Santa Lúcia S/A, tinha como componentes do quadro acionário Inez Ometto Zancaner, Narciso Ometto, Almerinda Ometto Colombo e Maria Ometto Ferraz (filhos de Jerônimo). A Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A possuía como acionistas os quatro filhos de Jerônimo mencionados na última empresa, mais Celso Colombo, marido de Almerinda. Por último a Usina Boa Vista S/A possuía o mesmo quadro acionário da primeira empresa mencionada, a Cia. Industrial e Agrícola Ometto.

A área para formação de pastos já no primeiro ano foi de 39.950 hectares. O rebanho em 1981 atingiu a quantidade de 65.783 cabeças entre animais puros e mestiços. Em 1983, a Agropecuária do Cachimbo S/A se torna Colonizadora Agropecuária do Cachimbo e o Grupo Ometto passou a lotear as suas terras para a formação de um centro urbano, que deu origem ao atual município de Matupá, fundado em 14 de setembro de 1984 pela família Ometto.

Matupá foi elevada à categoria de município em 4 de julho de 1988, através da Lei estadual nº5.317, e o loteamento feito pelo Grupo Ometto foi protocolado no INCRA, previsto para ser implementado em três etapas que assentaria uma população de 300 mil habitantes na cidade sem edificações, sendo que, a partir desse contingente os prédios seriam liberados.

Considerações Finais

A região do Araguaia foi a região onde foram implementados os três primeiros projetos da política de incentivo fiscal da SUDAM. A região foi a porta de entrada para capitalistas já estabelecidos em São Paulo, expandirem os seus negócios para a Amazônia.

A atuação do Grupo Ometto na região do Araguaia foi de intensa exploração da terra e de mão-de-obra. Adquiriram e reproduziram dezenas de milhares de cabeça de gado, e para tal desmataram centenas de hectares, sempre em comum acordo com o governo federal, que atestava em leis, a atuação não só do Grupo Ometto como de outros grupos localizados no Araguaia e na Amazônia à dentro. A vinculação da família Ometto com a ditadura militar não é documentada, mas antes dos militares assumirem o poder, membros da família estavam vinculados em cargos públicos espelhados por municípios do interior de São Paulo.

Referências

- Cardoso, F. H. & Müller, G. (2008 [1977]) *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [documento WWW]. URL <https://static.scielo.org/scielobooks/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf> [acesso 24 nov. 2017].
- Cavalcante, M. & Fernandes, B. (2006) 'Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso'. *Revista Nera* 9(8): 109-121.
- Cintra, M. (1986) *João Ometto: uma trajetória de vida*. São Paulo: Marca D'água.

- Constantino, N. S. (1991) *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: ESTEF.
- Costa, F. A. (1998) *Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos*. Belém: Novos Cadernos do NAEA.
- Figueiredo, M. (1998) *A visão de Hermínio Ometto*. Araras: Comissão de Biblioteca de Araras-SP.
- Furtado, C. (1987) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Gombini, R. (2006) *Corações partidos no porto de Gênova*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade do Estado de São Paulo.
- Ianni, C. (1963) *Homens sem paz: conflitos e os bastidores da emigração italiana*. São Paulo: Difel.
- Ianni, O. (1979) *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Junior, A. W. T. & Silva F. C. (2015) 'Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense'. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP* 8(2): 87-117.
- Klein, H. S. (2000) 'Migração internacional na História da América', in B. Fausto (org.) *Fazer a América*. São Carlos: Edusp.
- Kowarick, L. (1994) *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Levy, M. S. F. (1974) 'O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)'. *Revista Saúde Pública* 8(supl.): 49-90.
- Moreno, G. (1993) *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Parecer Nº 295/66-AT-STO (1966) *Projeto de investimento para ampliação de uma empresa pecuária, no Distrito de São Félix, Município e Comarca de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso*. Belém: SUDAM.
- Pessoa, J. M. (1999) *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora UFG.
- Pompermayer, M. J. (1991) 'Strategies of Private Capital in Brazilian Amazon', in M. Schmink & C. Wood (orgs.) *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press.
- Putnam, R. (2005) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Soares, A. (1975) *História da formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Conquista.
- SUDAM (1971) Processo Nº 02863/71. *Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969*. Belém: SUDAM.
- SUDAM (1974a) Processo Nº 03374/74. *Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969*. Belém: SUDAM.
- SUDAM (1974b) Processo Nº 06149/74 *Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969*. Belém: SUDAM.
- Távora, F. L. (2011) *História e economia dos biocombustíveis no Brasil*. Brasília: Centro de Estudos de Consultoria do Senado Federal.

Figuras, Quadros e Tabelas

Figura 1 – Afirmação de certificação da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças

2.2.3 - <u>Situação Perante a Fundação Nacional do Índio</u>	A Empresa apresentou certidão negativa de aldeamento indígena na área de seu empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, conseqüentemente, restrição à utilização da mesma.
2.2.4 - <u>Posseiros</u>	A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, certificou a inexistência de posseiros na área da Fazenda.

Fonte: SUDAM, 1966

Quadro 1 - Quadro de acionistas da Agropecuária Suiá-Missú em 1971.

Acionista	%	Posição familiar
Cia Industrial e Agrícola Ometto	24,86	—
Usina Santa Lúcia S/A	24,86	—
Orlando Chesini Ometto	4,75	Filho de Pedro
João Ometto	4,02	6º irmão
João Guilherme Sabino Ometto	3,83	Filho de João
Hermínio Ometto	3,77	Filho de José
João Ometto Sobrinho	3,44	Filho de José
Virgíno Ometto	2,79	Filho de Constante
Dimas Cêra Ometto	2,47	Filho de Luiz
Luís Antônio Cera Ometto	2,47	Filho de Luiz
Ernesta Ometto Maurano	2,35	Filha de Luiz
Izaltina Ometto Silveira Mello	2,35	Filha de Luiz
Natalina Ometto Gonçalves	2,35	Filha de Luiz
Odete Ometto Altério	2,35	Filha de Luiz
Helena Ometto Moreno	2,21	Filho de Pedro
Homero Corrêa de Arruda	2,13	Genro de Constante
Luiz Ometto	1,99	7º irmão
Nélson Ometto	1,66	Neto de Constante
Orlando Ometto	1,51	Filho de Constante
Antônio Ometto	1,48	Filho de Constante
Olga Ometto de Toledo	0,69	Filha de José
Noemy Ometo Corrêa de Arruda Guedes Pereira	0,52	Neta de Constante
Homero Corrêa de Arruda Filho	0,52	Neto de Constante
Gilberto Rügger Ometto	0,37	Neto de José
Luiz Carlos Moreno	0,08	Genro de Pedro

Capital paulista no Araguaia: a política de incentivo fiscal da SUDAM como financiadora de empreendedores

Fernando Manoel Ometto Moreno	0,08	Neto de Pedro
Ana Maria Ometto Moreno	0,07	Neta de Pedro
Narcisa Chesini Ometto	0,03	Esposa de Pedro

Fonte: SUDAM, 1971

Tabela 1 – Balanço Financeiro da Agropecuária Suiá-Missú S/A no ano de 1971.

Discriminação	Ano			
	1967	1968	1969	1970
RECEITAS TOTAIS	360.000.000	560.200.000	578.400.000	513.000.000
Déficit Estrutural	—	—	—	—
CUSTOS TOTAIS	328.551.000	420.004.000	439.921.000	474.187.000
Custos Fixos	222.872.000	224.282.000	224.962.000	228.422.000
Custos Variáveis	105.679.000	195.722.000	206.959.000	245.765.000
Rendimento Financeiro	31.449.000	140.196.000	146.479.000	38.893.000

Fonte: SUDAM, 1971

Tabela 2 – Quadro Acionário da Agropecuária do Cachimbo S/A em 1964

Acionista	%
Cia. Industrial e Agrícola Ometto	30,0
Cia. Industrial e Agrícola São João	30,0
Usina Santa Lúcia S/A	16,5
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A	16,5
Usina Boa Vista S/A	7,0

Fonte: SUDAM, 1974b